



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 19 a 21 de setembro de 2013

ISSN 1982-3657



PERCEPÇÕES DE EGRESSOS DE CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS DE DOCENTES DA FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA (1968-1976)

Ana Maria Fontes dos Santos[1]

Nayara Tainã Andrade Reis[2]

RESUMO

Este artigo apresenta resultados parciais de pesquisa que pretende focalizar sobre a trajetória histórica de práticas educativas inovadoras que foram instituídas entre os anos de 1968 e 1976. Naquele período em que se almejava uma modernização do ensino superior, e de todos os níveis da educação nacional, alguns professores, inicialmente, das áreas de Letras e Ciências, embarcaram na aventura de implantação de uma Faculdade Estadual de Educação na cidade de Feira de Santana. A partir da abordagem teórica sobre inovação na docência universitária, este trabalho pretende situar a identificação de aspectos inovadores na docência de ensino superior da primeira faculdade pública de formação de professores implantada no interior da Bahia, na perspectiva de egressos.

Palavras-chave: Ensino superior; Inovação pedagógica; História da Educação.

ABSTRACT

This paper presents partial results from research that intends to focus about the historical trajectory of innovative educational practices that were established between 1968 and 1976. At that period in which were looking for a modernization of higher education and all national education levels, some teachers, initially, in the areas of Literature, Science and the Arts, embarked on the adventure of implanting a state college of education in Feira de Santana. From the theoretical approach about innovation in university teaching, this article aims to situate the identification of innovator aspects of teaching in higher education of the first public college for teacher graduation located in Bahia.

Key-words: High education, Pedagogical Innovation, History of Education.

1. INTRODUÇÃO

Na segunda metade da década de sessenta, período em que foram gestados projetos de modernização do ensino superior e de todos os níveis da educação nacional, o governo baiano elaborou projeto próprio no qual figurava a implantação em Feira de Santana de uma Faculdade. Tratava-se do Plano Integral de Educação e Cultura (Piec), no qual se previa, dentre outras metas, a criação de quatro faculdades de formação de professores em cidades importantes do interior, identificadas como “centros de expressão e

polarização” de desenvolvimento econômico. A criação da referida faculdade, na principal cidade do interior trouxe consigo a necessidade de professores para nela atuar.

A questão que envolve este trabalho focaliza a perspectiva histórica de práticas pedagógicas desenvolvidas por professores que deram início ao ensino superior público no interior da Bahia, a partir das percepções do aluno; enquanto parte de projeto de pesquisa sobre pedagogia universitária[3], cuja indagação central é: Que atitudes e perspectivas inovadoras de professores do Ensino Superior, foram destaque num passado recente, na Faculdade de Educação de Feira de Santana (Feefs), instituição que precedeu a implantação da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs)

Além do enfoque tecnicista que orientava as práticas pedagógicas, denunciado em muitos estudos sobre o período (SAVIANI, 1985, entre outros), partimos da hipótese de que, apesar do cerceamento imposto pelo regime de exceção implantado em 1964, perante as especificidades e ambiguidades da instituição universitária, foram possíveis as diacronias e resistências nas experiências de docentes daquele período – embora, para muitos deles, traumáticas. Nesse sentido, por exemplo, em nome da necessidade de “superar a situação didático-curricular herdada da ditadura militar”, na Universidade de Buenos Aires, na Argentina, logo após a queda da ditadura, deu-se início a realização de *Tallers*, enquanto espaços destinados a produzir reflexões sobre problemas enfrentados pelos docentes em suas práticas, as resistências, as formas de superação, ou não (LUCARELLI, 2009, p.111).

No Brasil, é do consenso geral que a instituição universitária foi um dos principais espaços, senão o principal, de resistência à ditadura. Mas, de outro lado, alguns estudos abordam que a prática do professor naquele momento da história sofreu influências da “concepção reprodutivista” da educação, que, em linhas gerais, o levava a menosprezar o exercício docente no âmbito institucional, pois este era considerado como local de dominação e reprodução da ideologia dominante (SAVIANI, op.cit.; LIBANEO, 1986). Contudo, diante dessas evidências e/ou percepções não há estudos empíricos que apontem o alcance das interferências da ditadura no fazer pedagógico, bem como das consequências das noções reprodutivistas sobre o mesmo. Ou seja, sobre as experiências de resistências, permanências ou continuidades, na prática pedagógica universitária dessa época pouco, ou quase nada, existe de pesquisas que explicitem tais situações.

O caso em estudo, a Feefs, que teve sua implantação e funcionamento no período mais duro da ditadura, instituição localizada no interior onde as ingerências dos agentes do poder seriam mais presentes, reúne elementos passíveis de investigação. Pois nela, de acordo pesquisa realizada por Santos (2011), foi desenvolvida uma experiência pedagógica nova, e inovadora para a época, que envolvia o coletivo dos professores, pois haveria a necessidade de se criar uma cultura de ensino superior, no início, coordenada por uma professora da Universidade Federal da Bahia, do Curso de Letras.

Partimos da idéia que concebe a inovação como uma “prática contextualizada”, conforme salienta Lucarelli (2009, p.209), cuja explicação precisa ser feita em “função e em relação com fatores concretos que demarcam essa prática” (idem), daí a necessidade de antes do enquadramento “situacional”, emergindo como necessário contextualizá-lo historicamente. Assim, o tópico seguinte apresenta uma discussão geral sobre a universidade e a perspectiva de inovação no Brasil, em seguida, com base na discussão teórica sobre o conceito de inovação na docência universitária, apresentamos os resultados parciais de pesquisa sobre trajetórias históricas de práticas educativas inovadoras, focalizando aquelas que foram desenvolvidas por professores que atuaram na extinta Faculdade de Estadual de Educação de Feira de Santana (entre 1968 e 1976) e, posteriormente, ingressaram como docentes efetivos na Universidade Estadual da mesma cidade, implantada em 1976.

Aqui são tratados os dados obtidos na primeira fase da pesquisa, levantados através de enquete, realizada junto a professores da Uefs que foram estudantes egressos dos cursos de Letras e de Ciências da Feefs, e responderam sobre os professores, em suas opiniões, realizaram práticas pedagógicas inovadoras. Também foi respondido sobre quais as práticas que os identificavam como inovadores. Trata-se de uma

pesquisa com enfoque qualitativo, pois se pretende, a princípio, conhecer as concepções de estudantes sobre as práticas educativas identificadas como inovadoras no tempo passado, realizadas por professores que são hoje aposentados pela Uefs.

2. UNIVERSIDADE E INOVAÇÃO

O estudo da pedagogia universitária apresenta-se na atualidade como de suma importância, enquanto um dos focos centrais do fazer acadêmico, perante as diferentes pressões que a universidade enfrenta no atual contexto de intensas mudanças. Conforme salienta Louis (2009), além das situações implicadas com a globalização econômica e cultural, a competição e a internacionalização acelerada dos contextos de formação e de trabalho, incidem também mudanças no campo das tecnologias ao qual se articula o aumento exponencial dos conhecimentos. Situações que colocam aos professores questionamentos sobre suas práticas e proposições pedagógicas, pouco imaginadas no ambiente acadêmico num período da história não muito distante.

Diante do exposto se pode questionar: por que então estudar práticas pedagógicas desse passado? Ao que respondemos que a abordagem histórica nos auxilia no entendimento sobre as dinâmicas das transformações e permanências, sobretudo estas, perante a complexidade do campo universitário e dos paradigmas científicos que o tenciona ao longo do tempo, colocando-se com a mesma relevância tanto o estudo das práticas pedagógicas tidas como inovadoras no passado quanto as atuais.

Com efeito, os paradigmas científicos têm influenciado o fazer universitário ao longo da existência dessa instituição, mas, mesmo perante suas peculiaridades, é consenso de que alguns aspectos “fundantes” da mesma foram mantidos ao longo dos séculos, desde sua criação. Ou seja, trata-se de uma entidade social complexa, vez que a forma como conhecemos a universidade nos dias atuais revela a tensão entre o passado e o presente.

Nesse sentido, Tardif (2002) identifica a existência de pelo menos três concepções sobre a universidade: a mais antiga é aquela que lhe atribui a missão de conceder uma formação geral e universal, enquanto garantia de aquisição da cultura intelectual do mais alto nível, encarnada na filosofia e depois nas ciências humanas. Tratava-se de uma educação generalista e liberal em oposição às formações profissionais específicas, consideradas como formações técnicas, restritas e utilitárias. A influência de Humboldt configura a segunda concepção, que concebe a universidade como centro de pesquisa e, por consequência, privilegia a busca da verdade científica; fundamento que rege os processos formativos dos estudantes. E uma terceira proposta que focaliza a universidade como portadora de uma formação na qual se manifesta a articulação entre a cultura geral e a ciência, entre o ensino e a pesquisa. Esta última reflete a concepção mais atual que caracteriza a universidade com maior inserção na sociedade, por articular a ação e o conhecimento; deduzindo-se daí a propalada articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

A universidade no Brasil é uma instituição recente e as primeiras organizações de ensino superior implantadas foram faculdades voltadas para a formação técnica e utilitária (medicina, engenharia), no início do período imperial. Assim, já na república, a primeira que levou esta denominação, a Universidade do Rio de Janeiro, na década de vinte do século passado, foi constituída sob uma concepção diferente das anteriormente mencionadas por Tardif (op.cit): organizou-se por agregação de unidades isoladas de formação profissional. Somente, nos anos trinta do século vinte foram elaborados projetos universitários (Universidade de São Paulo, Universidade do Distrito Federal, Universidade do Brasil) mais aproximados da perspectiva proposta por Humboldt para a universidade alemã. Nas décadas posteriores, quando foi criada a maioria das universidades públicas, aprofundou-se a discussão rumo a proposta de universidade de pesquisa e ensino, mas com grande inserção social (a primeira que escreve e inscreve essa questão em seus estatutos foi a Universidade de Brasília).

A reforma universitária do período militar incorporou grande parte das discussões e propostas da sociedade civil que clamava por “reforma universitária”, sobretudo por parte do movimento estudantil. A

partir da Lei 5.540 de 1968, que instituiu a citada reforma, incrementa-se de modo mais incisivo a atividade de pesquisa nas instituições universitárias brasileiras, sobretudo as públicas, que constituíam a maioria. Ocasão em que foram criados os cursos de pós-graduação naquelas instituições, bem como um aporte público de financiamento à pesquisa (através de órgão como a Capes e CNPq, no plano federal, e outras instituições estaduais de fomento, como a Fapesp, no estado de São Paulo). Portanto, a inovação do fazer universitário no Brasil, conforme preconizava a lei da reforma universitária, estaria na atividade de pesquisa que deveria articular-se ao ensino.

A partir da referida lei, acrescida de outra, a Lei 5692/1971, que reformava o ensino de primeiro e segundo graus, ampliou-se a demanda por ensino superior no País. Ao lado do sistema público universitário, que pelas características que assumiram não tinham condições de abarcar a demanda crescente, se foi implantando um sistema privado de ensino superior, não necessariamente na forma universitária, definida na lei como prioritária, mas dedicado à formação profissional (geralmente cursos de licenciatura) e focada, quase exclusivamente, no ensino (MOROZINI, 1998).

O fato é que ao final dos anos oitenta do século passado mais de oitenta por cento dos estudantes de ensino superior no Brasil estavam matriculados em instituições particulares isoladas, apontando um dualismo na oferta de ensino superior, advindo diversas consequências na concepção de educação universitária. De um lado situavam-se as universidades, maioria pública, que se destacavam pela ampliação das investigações científicas e qualificação de seus quadros docentes e, de outro, as instituições de perfil profissionalizante, que atendia a imensa demanda por esse nível de educação, oferecendo apenas o ensino, ministrado por uma maioria de docentes com baixa qualificação (MOROZINI, op.cit.).

Entre esses dois sistemas (de excelência e de demanda) encontrava-se outro modelo minoritário, no qual se situa a Uefs, cuja instituição que a precedeu (a Feefs) tinha o fim específico de também atender a demanda de formação de professores para atuarem no ensino secundário de primeiro ciclo, referente ao antigo ginásio (cf. Plano Integral de Educação e Cultura, Piec, Bahia, 1968; in SANTOS, 2011). Tratava-se de proposta restrita de ensino superior que visava atender às necessidades circunstanciais do projeto de desenvolvimento econômico estadual, centrado nas demandas da industrialização local, mas articulado ao modelo de modernização implantado durante a ditadura militar, que ficou conhecido como "milagre econômico". Ressalte-se, no entanto, que pouco depois da implantação da Faculdade de Educação em Feira de Santana, a Universidade já estava sendo gestada – em 1969, através do Decreto Estadual n. 21.583 dispõe sobre a instalação e funcionamento da Fundação Universidade de Feira de Santana e em janeiro de 1970, foi legalmente instituída (Lei Estadual n. 2.784, autorizava o poder executivo a criar e manter a referida Fundação), e obteve autorização de funcionamento do Conselho Federal de Educação, em 1976. Portanto os docentes da Feefs tinham conhecimento de que se caminhava para implantação de uma universidade, a primeira do interior da Bahia (SANTOS, 2008).

Na Bahia daqueles anos finais da década de 1960 era escassa a oferta de professores para o ensino superior, surpreendidos pela imediata ampliação de vagas na instituição pública local, a Universidade Federal da Bahia (Ufba). Os agentes desta instituição, geralmente, buscavam parte dos professores em outros estados, ou até de outros países, e parte era requisitada entre os melhores alunos das graduações – estes eram, inicialmente, assistentes e depois realizavam concursos para efetivação.

Logo em seguida a criação de cursos de pós-graduação alteraria esse quadro, por exemplo, o mestrado em Educação da Ufba foi implantado em 1971. Ou seja, a situação ainda era muito difícil quando da implantação da Faculdade de Educação de Feira de Santana (em 1968), em virtude do reduzido número de licenciados para atender o ensino médio da capital e interior da Bahia. Mas nos limites de investimentos do estado, apenas entre eles é que foram recrutados os docentes da Faculdade feirense, a princípio coordenados por uma professora da Faculdade de Filosofia da Ufba – cujas funções iam desde a preparação do vestibular até o acompanhamento pedagógico de desenvolvimento das disciplinas. No processo de tessitura da Universidade de Feira de Santana (entre 1969 e 1976), os professores que atuavam nos cursos oferecidos na Faculdade (Letras, Ciências e Estudos Sociais), que deveriam ser

incorporados à Universidade, por exigência do então CFE, realizaram o curso de "Especialização em Conteúdos e Métodos do Ensino Superior" (ofertado pela Ufba, em 1974, cf. SANTOS, 2011).

3. PERCEPÇÕES DE EGRESSOS SOBRE INOVAÇÃO NA FEEFS

Partimos do reconhecimento que o estudo da inovação das práticas educativas se refere a condutas efetivadas no âmbito da história dos sujeitos, dos grupos ou das instituições. Conforme assinala Lucarelli (2009, p.209), trata-se de uma prática "protagonista", pois diz respeito à expressão de um processo criativo de ruptura com as formas habituais de ensino, enquanto produções originais no contexto onde são efetivadas, gestadas e postas em prática por um sujeito, ou um grupo, ao longo de todo o processo.

A identificação do protagonismo localiza-se no fato de que os seus criadores são, ao mesmo tempo, os autores e atores principais da ação. De acordo ainda com Lucarelli (op.cit.) "a inovação como prática protagonista", como ação real de participação, diferencia-se das chamadas "inovações" na perspectiva tecnicista - nesta, é reservado aos sujeitos da ação da aula apenas a execução de projetos elaborados externamente, por outras pessoas, onde a ação efetiva torna-se artificial e artificializada. Neste sentido, Carbonell (2002) acrescenta que, inovações são mais do que a utilização de recursos e domínio de habilidades instrumentais, ou preocupações com as embalagens e não com o conteúdo. Pois, estas se constituem em ações que possibilitem na aprendizagem dos estudantes a autonomia e um olhar diferente sobre a realidade.

Em reforço a essas idéias, Zanchet e Cunha (2007, apud CUNHA, 2009), argumentam que a inovação na pedagogia universitária consiste na tarefa de empreender "rupturas paradigmáticas" por parte dos sujeitos da ação. Algo que exige dos professores a "reconfiguração de saberes [que] favorecem o reconhecimento da necessidade de trabalhar para transformar" (p.186), já que as práticas dos docentes estão revestidas das suas próprias concepções de homem, sociedade e educação. Opinião compartilhada por Masetto (2012), para ele a inovação na docência universitária reveste-se de intencionalidades no sentido de rompimento com os paradigmas tradicionais e de incorporar uma visão de mundo que contemplem as necessidades educacionais da sociedade em determinado tempo histórico. Problematizar as práticas, construir uma relação afetiva com os alunos, articular conhecimentos entre as áreas podem ser exemplos de inovação pedagógica, na opinião de Masetto (op.cit.).

De posse desses pressupostos, elaboramos um roteiro com questões abertas para a realização de enquête com alguns professores da Universidade Estadual de Feira de Santana que foram ex-alunos da Faculdade Estadual de Educação de Feira de Santana - a Feefs. Cinco[4] foram os colaboradores da enquête: três do Curso de Letras (onde há grupo maior de egressos da Feefs) e dois do Curso de Ciências. A escolha recaiu sobre aqueles que se disponibilizaram a participar, os mesmos foram informados dos objetivos e relevância da pesquisa, assim como, o sigilo de seus nomes (aqui renomeados com letrase alfabeto seguidas de numeral).

Perguntados sobre a existência de práticas pedagógicas inovadoras na antiga Faculdade de Educação de Feira de Santana, a resposta primeira foi: "Não, não houve inovação, somente regras e formulas" (entrevistado A4); assim como o entrevistado B1, que disse: "Inicialmente, não". Mesmo assim, esse último e o entrevistado anterior reconhecem e citam professores que tinham se destacado nas aulas, mediante o exposto na seguinte fala:

A única inovação foi Carloman [Carlos Borges], que introduziu estudos sobre "instrução programada". O livro era baseado em fichas que complementavam o conteúdo. Acho que ele queria lançar aqui [em Feira de Santana] essa proposta de Omar Catunda e Marta Dantas - quem utilizava a coleção eram os professores que realizavam o curso [a maioria dos alunos era formada por professores da rede de ensino da época]. Foi um projeto que foi utilizado aqui no [Escola] Anísio Teixeira e em escolas em Salvador (na Escola de Aplicação, no Instituto

Feminino) Essa inovação não foi do curso, mas trazido por um dos professores.
(Entrevistado A4)

Então, mesmo afirmando que não havia inovações na prática de seus professores, de acordo com a percepção que o entrevistado tem hoje, o mesmo reconhece que existiam docentes que, de alguma forma, se destacaram no seu modo de conduzir a aula. Por outro lado, aqueles entrevistados que afirmavam, logo de início, que havia professores inovadores, constata-se que houve variações na percepção desse conceito, exemplificado na fala de dois dos colaboradores, abaixo descritas. Para o primeiro, inovação seria

[...] a utilização de técnicas pedagógicas modernas, diferenciadas das práticas comuns dos demais professores. A postura dos professores, a atitude e a formação política condiziam com o novo, o respeito pelo aluno e a visão humanística, orientando os alunos no exercício futuro na educação. (entrevistado C1)

Enquanto para o segundo entrevistado

[...] Inovação era a melhoria de nossos conhecimentos e de nosso trabalho em sala de aula. A maioria da turma era de professores – não, melhor, todos eram professores – melhoria no trabalho da gente na sala de aula e na vida da gente, nós melhoramos muito!(entrevistado B2)

Observemos que para o entrevistado C1, a inovação refere-se ao comportamento, à postura do professor durante as suas aulas, enquanto para B2 a inovação era caracterizada pelos resultados das aulas, ou seja, as contribuições das aulas para a formação. Formulações que podem ser analisadas à luz da discussão posta no início deste tópico. Isto é, as argumentações acima dos entrevistados podem sugerir tanto a noção de inovação como ruptura, mudança de paradigma, conforme as discussões dos autores citados (Masetto, 2012 e Lucarelli, 2009), como sugerir uma noção utilitarista sobre o que seria uma prática inovadora. Noutra perspectiva intermediária o entrevistado D5 argumenta que, o que caracterizava a inovação era o fato de o professor por ele indicado como inovador “articular os conceitos filosóficos à história e à pedagogia”.

Ainda sobre as razões pelas quais os entrevistados consideraram os professores indicados como inovadores, emergiram outras respostas, entre elas foram destacadas: a) a questão da “novidade” do professor que retornava à instituição após atividade formativa e, supostamente, trazia experiências novas, e b) ressaltada a questão da afetividade. Veja-se abaixo:

[...] Neuza Estrela tinha vindo de fora e na época a corrente que se evidenciava era o behaviorismo [...]. José Jerônimo ouvia seus alunos o que era um ponto importante, pois naquela época os professores não atribuíam atenção para a classe dos estudantes e esses dois professores eram diferentes (Entrevistado C2).

Observe-se que este entrevistado (C2), ao referir-se a dois diferentes professores, demonstra em suas palavras, no primeiro caso, o reconhecimento da “novidade”, porque a professora em questão “tinha vindo de fora”, algo que não representava, propriamente, inovação. No segundo caso, parece indício de um rompimento de paradigma, pois se tratava de professor que “ouvia seus alunos [...], pois naquela época os professores não atribuíam atenção para a classe dos estudantes”.

Outro entrevistado argumentou o seguinte:

[...]Maria Cristina Oliveira. Muito bem trajada. Fez alguma especialização na península Escandinávia, tinha uma cabeça muito boa. Inovadora era a forma dela trabalhar, muito simpática, a gente aprendia brincando. Você sabe que a questão da afetividade é muito importante, estudou fora, a forma como ela passava o conteúdo, ela ficava muito junto do aluno (B1).

Mais ou menos semelhante ao entrevistado anterior, este (B1) situa os dois elementos na mesma pessoa, tanto a novidade quanto à postura (“muito bem trajada”) de um professor que demonstrava sinais de pertencimento ao campo acadêmico (“fez alguma especialização na península Escandinávia”), como o indício de mudança de paradigma, ao dizer que “ela ficava muito junto aluno”, alertando-nos para a importância da afetividade no processo educativo.

Vimos, portanto, nas vozes de entrevistados que desenvolvem atividades docentes em uma instituição pública estadual do interior baiano, como os mesmos, na condição de egressos, concebiam/concebem (desde quando estão se pronunciando no tempo presente sobre o passado) o trabalho docente reconhecido como inovador na Faculdade de Educação onde foram graduados, nos Cursos de Letras e Ciências, sugerindo caminhos para o aprofundamento das investigações a serem realizadas com os próprios docentes, hoje aposentados.

6. Referências

CARBONELL, J. **A aventura de inovar** : a mudança na escola. Porto Alegre : Artmed Editora, 2002. (Coleção Inovação Pedagógica).

CUNHA, M. I. Inovações pedagógicas na universidade. In: CUNHA, SOARES, RIBEIRO (Orgs). **Docência Universitária**: profissionalização e práticas educativas. Feira de Santana: UEFS editora, 2009

LUCARELLI, E. Prácticas protagónicas e innovación em la universidad. In: CUNHA, SOARES, RIBEIRO (Orgs). **Docência Universitária**: profissionalização e práticas educativas. Feira de Santana: UEFS editora, 2009.

LOUIS, R. Inovação pedagógica no ensino superior. In: CUNHA, SOARES, RIBEIRO (Orgs). **Docência Universitária**: profissionalização e práticas educativas. Feira de Santana: UEFS editora, 2009.

MASETTO, M. T.. **Inovação no ensino superior: organização, gestão e formação de professores**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MOROSINI, M. C. Universidade e integração no Mercosul: condicionantes e desafios. In MOROSINI, Marília Costa (org.) **Universidade no Mercosul**. 2. ed. São Paulo: Cortez/CNPq/FAPERGS, 1998.

SANTOS, A. M. F. Uma aventura universitária no sertão baiano: da Faculdade de Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana. Tese de Doutorado. Salvador, Bahia, FAGED – UFBA: 2011.

SANTOS, A. M. F. Um projeto cultural para o portal do sertão: criação do ensino superior no estado da Bahia. In V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008. Aracaju – Sergipe.

SAVIANI. D. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**, São Paulo: Cortez Autores Associados, 1985

TARDIF, M. Lugar e sentido dos conhecimentos universitários na formação dos profissionais do ensino. In GARRIDO, S. L.; CUNHA, M. I.; MARTINI, J. G. **Os rumos da educação superior**. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

[1] Doutora em Educação, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Pedagogia Universitária (Neppu) da Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: omfontes@uol.com.br

[2] Bolsista de Iniciação Científica e Estudante do Curso de Pedagogia da UEFS.

[3] Esta pesquisa compõe o segundo eixo do Projeto, em andamento, “Pedagogia no Ensino Superior: Trajetória Histórica de Práticas Educativas Inovadoras”, do Neppu/Uefs; financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

[4] Atualmente estão em exercício na UEFS nove professores que foram estudantes da FEEFS.

Trabalhou-se, portanto, com mais de cinquenta por cento da "amostra" existente.